

“QUEM VAI ACABAR COM A GUERRA SÃO AS MULHERES”

Christine Ahn

- *Ativista sul-coreana organiza milhares de mulheres da Coreia do Norte e do Sul em atos pela paz*

Por Luiza Bodenmüller

Foi num sonho que tudo começou. Desperta por conta de um episódio de insônia, Christine Ahn leu uma reportagem sobre enchentes no Rio Imjin, que corta a península coreana correndo do norte para o sul. O governo norte-coreano, temendo perdas nas plantações, decidiu abrir as comportas para escoar o excesso de água sem avisar os vizinhos sul-coreanos. O resultado foi uma enxurrada na parte baixa do rio que causou a morte de várias pessoas, incluindo um pai e um filho que ali pescavam. Impactada pela história, a sul-coreana e caçula entre dez irmãos, teve um sonho visionário. Nele, Christine esperava socorro à beira do mesmo rio. Enquanto o dia amanhecia, uma fonte de luz dispersa percorria o rio e iluminava a todos que ali estavam, mostrando cenas felizes e o reencontro de famílias separadas pela fronteira. No sonho, Christine era apenas espectadora. Curiosa para saber de onde vinha a claridade, ela seguiu rio acima: “Foi quando cheguei à fonte da luz, que era um círculo de mulheres. Elas estavam misturando algo num caldeirão bem grande e depois recolhiam isso com uma colher e colocavam em pequenos potes que se transformavam na luz que descia pelo rio”, relembra.

Christine acordou num sobressalto e comentou com o marido: “Eu sei quem vai acabar com a guerra na Coreia: as mulheres”. Ouviu como resposta: “Ok, você está louca, volte a dormir”. Isso foi em 2009 e desde então Ahn se dedica a entender o contexto da luta das mulheres nas duas Coreias e como elas poderiam contribuir para o processo de construção da paz. Olhando para o passado, ela descobriu que o primeiro encontro entre mulheres norte e sul-coreanas após

a divisão da península, em 1948, ocorreu apenas em 1991, mediado por uma parlamentar japonesa. Impelida a fazer algo, a ativista se deparou com uma notícia em 2013 que falava sobre a travessia de cinco neozelandeses pela Zona Desmilitarizada da Coreia (DMZ, na sigla em inglês), uma estreita faixa de terra demarcada em 1953 que separa os dois países e é controlada por tropas americanas sob a tutela da Organização das Nações Unidas. “Quando eu vi aquilo, eu soube que as mulheres poderiam fazer o mesmo pedindo pela paz e pelo fim da guerra”, explica Ahn.



Foi então que Christine começou a mobilizar pessoas em busca de apoio para concretizar a travessia. Por meio de sua ONG, Women Cross DMZ, a proposta teve adesões de peso como da feminista estadunidense Gloria Steinem, de Leymah Gbowee, ativista liberiana laureada com o Nobel da Paz em 2011, e de Mairead Maguire, norte-irlandesa também laureada com o Nobel da Paz em 1976. Juntas, elas viram o grupo crescer e a ideia tomar corpo, até que, em maio de 2015, 30 mulheres de 15 nacionalidades viajaram até a Coreia, onde se juntaram a milhares de outras, em ambos os lados da fronteira, para pedir pelo fim da guerra e pela instauração da paz de maneira definitiva, por meio de um Acordo de Paz. A ideia inicial era fazer a travessia da DMZ numa caminhada pacífica, promovendo o encontro entre mulheres separadas por limites que não necessariamente lhes pertencem. A empreitada, no entanto, foi barrada na última hora, mesmo com a autorização do governo das duas Coreias. Alegando “motivos de segurança”, os militares que controlam a DMZ impediram a caminhada e o percurso foi feito de ônibus. “Eles disseram que era perigoso, mas a gente queria caminhar sobre a mesma estrada pela qual o ônibus passou”, explica Christine.

O feito atraiu a atenção da imprensa internacional para a causa e a mobilização não parou. Em 2016, houve uma nova tentativa de reunir as norte-coreanas e as sul-coreanas, desta vez em Bali. O encontro não foi adiante porque o governo sul-coreano baniou qualquer interação com civis norte-coreanos após o ditador Kim Jong-un conduzir testes com armas nucleares em setembro deste ano. O imprevisto não arrefeceu a luta. No final do mesmo mês, mulheres de 38 países assinaram uma carta endereçada ao secretário-geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-moon, que havia declarado em 2007: “Além de uma resolução pacífica para a questão nuclear com a Coreia do Norte, nós devemos focar em estabelecer um mecanismo de paz, por meio da transição do armistício para um regime permanente de paz”. O grupo viu Ban como alvo estratégico para a ação porque, apesar de estar se despedindo do cargo mais alto da ONU, especula-se que ele irá concorrer à presidência de seu país, pelo Partido Conservador. A carta ainda não foi respondida.

Mas nem todas as ideias feministas de Christine são colocadas em prática com cobertura midiática. Na verdade, o seu maior desafio é diário e está dentro de casa: a criação da filha de 4 anos. A ativista acredita que a luta por mais igualdade de direitos entre mulheres e homens começa no lar e passa por uma formação que seja mais “neutra” em relação ao gênero. Ela se lembra de presenciar uma discussão entre sua filha e um amigo. A conversa era simples entre os pequenos: meninos gostam de trens e carros, meninas querem ser princesas. Christine aproveitou para questioná-los sobre o porquê disso, explicou que os interesses de ambos podem ser comuns e aproveitou para dar um exemplo prático de como a diferença entre gêneros se expressa na vida cotidiana: “Eu virei para a minha filha e disse ‘se você e seu amigo fizerem o mesmo trabalho como, por exemplo, arrumar a cama, ele vai receber dez dólares por isso, e você só vai ganhar sete dólares’”, conta.

A sul-coreana rechaça a ideia do senso comum de que “mulheres feministas querem ser como os homens”. Para ela, se assim fosse, haveria um processo de “desumanização” das mulheres. Tal percepção foi desenvolvida por ela a partir do contato com feministas sul-coreanas, para quem as origens de uma sociedade masculinizada e patriarcal estão diretamente relacionadas ao processo de militarização. Na Coreia do Sul, o serviço militar é obrigatório aos rapazes que completam 18 anos, sob pena de prisão e, de acordo com Christine, “esses jovens são treinados para ser mais violentos, mais agressivos, mais combativos; eles se tornam desumanizados”. Segundo ela, isso impacta diretamente no alto índice de violência doméstica no país e na naturalização de que o papel da mulher deve ser de submissão.

Ainda assim, ela acredita que os tempos atuais são interessantes porque, mesmo tendo uma mulher à frente da presidência (Park Geun-hye assumiu o poder em 2013), as mulheres têm sofrido uma “deterioração” de direitos, mas têm reagido a isso. Christine lembra que recentemente houve um protesto de trabalhadoras sexuais que foram às ruas vestidas de xamãs pedindo por mais direitos e que a ocupação do espaço público, desta forma, feita por mulheres, é novidade. Outro exemplo foi uma manifestação contra a instalação de um sistema de defesa antimísseis na qual a linha de frente era composta por monjas e freiras. Christine comenta também o lançamento de um filme, um thriller lésbico, que fala da luta das jovens mulheres sul-coreanas contra o patriarcado e ressalta: “Há dez anos, não seria possível pensar no lançamento de um filme como este”.

Seja dentro de casa ou nas ruas, Christine acredita que o fortalecimento do movimento feminista, especialmente o sul-coreano, passa também pela adoção de uma linguagem que não seja excludente, mas acessível, e permita a participação de todas. A ativista também critica a “hierarquização” do feminismo, que pode valorizar mulheres que estão no topo ou tornaram-se famosas por conta da luta, por acreditar que este comportamento reproduz uma dinâmica patriarcal na sociedade, quando na verdade o movimento deveria ser mais empático e olhar para as mulheres de forma mais igualitária.

O fato é que aos poucos Christine enxerga iniciativas que a fazem lembrar o sonho que deu início a tudo e isso se torna combustível para continuar na luta. Seja atravessando

a DMZ com dezenas de mulheres ou fomentando o interesse da filha por “assuntos de menino”, Christine defende que a mudança da sociedade patriarcal para uma sociedade na qual as mulheres tenham mais espaço e direitos passa pela visibilidade da discussão. Isso gera uma reação em cadeia por meio da qual outras mulheres se inspiram, aderem à luta e o protagonismo então deixa de ser meramente onírico, como o que Christine experimentou, e passa a ser, também, real.



“Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License”